



Decisão do Plenário sobre CPI da Petrobras será na terça-feira

Waldemir Barreto/Agência Senado



Renan decide adiar a decisão diante da polêmica entre senadores governistas, como Viana, independentes, como Requião, e de oposição, como Aloysio (sentido horário)

Presidente do Senado pretende aguardar posição do Supremo sobre a abrangência da investigação

Em reunião tensa, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou relatório de Romero Jucá indicando que a CPI da Petrobras deve tratar também de denúncias sobre o metrô de São Paulo e o Porto de Suape. A decisão do Plenário, porém, foi adiada por Renan Calheiros para que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie antes sobre mandados de segurança impetrados por senadores da oposição e da base do governo. **3**

Avança novo índice para dívidas dos estados

Com a presença de três governadores (AL, RS e SC), as Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos aprovaram relatório de Luiz Henrique ao projeto que reduz os encargos e o saldo devedor das dívidas de estados e municípios com a União. **5**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Lindbergh (C) coordena reunião com os governadores Colombo (SC), Teotonio (AL) e Tarso (RS) e o senador Luiz Henrique

Aposentadoria especial de pescadores segue para a Câmara

Comissão de Direitos Humanos aprova revisão da Lei da Anistia

Genildo Magela/Agência Senado



Gim vê disputa política e desiste de indicação para ministro do TCU **2**

Ministro aposta em programa para melhorar ensino médio

Público participa hoje de debate sobre Marco Civil da Internet

CPI aponta medidas para evitar espionagem

Relatório de Ricardo Ferraço aprovado ontem pela CPI da Espionagem sugere investimentos em inteligência, desenvolvimento de tecnologias próprias, capacitação de profissionais e legislação que ampare o setor. **8**



Vanessa Grazziotin presidiu CPI da Espionagem, relatada por Ricardo Ferraço

Marcos Oliveira/Agência Senado

Gim aponta disputa política e desiste de cargo no TCU

Senador pelo DF divulgou nota em que informa abrir mão da indicação para ministro do Tribunal de Contas da União; senadores indicam nome do consultor de Orçamentos do Senado Fernando Moutinho

O SENADOR GIM (PTB-DF) divulgou nota informando ter desistido da indicação para ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Gim esclarece que decidiu assim porque o caso se transformou em uma disputa política: “No momento em que a honrosa indicação do meu nome para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União é usada como instrumento de disputa política em ano eleitoral, entendo que devo abrir mão desta honraria”.

O representante do PTB do Distrito Federal foi indicado pelos líderes da bancada governista para ocupar a vaga decorrente da aposentadoria de Valmir Campelo.

Na terça-feira, o Plenário rejeitou por 25 votos a 24 requerimento de urgência para que a indicação de Gim fosse votada sem passar pela sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) prevista no Regimento Interno do Senado e marcada para a próxima terça-feira.

Em contrapartida à indicação da base governista, a oposição propôs ontem o nome do consultor do Senado



Indicado da base aliada, Gim desiste e Rollemberg anuncia novo candidato

Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt para suceder Valmir Campelo.

Moutinho é especializado na área de orçamento e, segundo o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), trata-se de um candidato que reúne as condições para ser ministro do Tribunal de Contas da União, uma vez que tem reputação ilibada e conhecimento profundo da área. A indicação, segundo Rollemberg, conta com o apoio das lideranças do PSDB, do PSOL e do DEM, além de outros parlamentares.

Fernando Moutinho é consultor de Orçamentos do Senado desde 2006. Antes disso, de 1995 a 2006, foi auditor do

TCU. Mestre em auditoria, é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

— Ele está pronto para ser sabatinado pela Casa a qualquer momento marcado pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) — informou o líder do PSB.

Bittencourt, portanto, passa a disputar a vaga e, no início da noite, concedeu entrevista no gabinete do senador Pedro Taques (PDT-MT), de quem é assessor. Ele disse esperar que o processo de escolha do novo ministro do TCU sirva para “uma reflexão do próprio Parlamento sobre como deve ser o controle externo.”

A íntegra da nota de Gim

A sociedade brasileira, e, especialmente a do Distrito Federal, vem testemunhando meu trabalho no Senado em favor do DF e no sentido de fortalecer a Casa e ajudar na harmonia interna e entre os Poderes.

No momento em que a honrosa indicação do meu nome para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União é usada como instrumento de disputa política em ano eleitoral,

entendo que devo abrir mão desta honraria.

Agradeço ao governo e às lideranças que me indicaram. Com fé renovada em Deus e com o mesmo desprendimento demonstrado ao longo dos meus 20 anos de vida pública, reafirmo meu compromisso com o povo do Distrito Federal, com a sociedade brasileira, com o Senado da República, com o Partido Trabalhista Brasileiro.

Candidato ao TCU deverá ser sabatinado na próxima semana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deveria sabatar, já na próxima semana, os dois indicados para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Com a desistência de Gim, Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt, consultor de Orçamentos do Senado e ex-auditor do TCU, deve ser arguido nos próximos dias, conforme adiantou o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

Depois de sabatinado, o candidato à vaga no TCU, decorrente da aposentadoria de Valmir Campelo, deve passar pelo crivo do Plenário. Por ser uma escolha de autoridades, a votação deverá ser secreta tanto na CAE quanto no Plenário.

— O papel da CAE é sabatar e dizer se o candidato está apto a ocupar aquela vaga no TCU — disse Lindbergh.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ressaltou a experiência e o conhecimento de Moutinho na área de fiscalização e controle.

— O escolhido terá a prerrogativa de julgar contas públicas — lembrou o senador do PSB do Distrito Federal.

Alvaro propõe concurso para ministro do Tribunal de Contas

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao Senado rapidez no exame de proposta de emenda à Constituição de autoria dele que institui concurso público para o preenchimento dos cargos de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

O TCU é composto por nove ministros, sendo seis indicados pelo Congresso Nacional e três pela Presidência da República. Com a proposta (PEC 7/2014), o senador defende o fim das indicações políticas. Ele entende que a politização do tribunal “serve aos poderosos de plantão”, mas prejudica os interesses do país.

Alvaro alega ser necessário dar prioridade à formação técnica e profissional do TCU, órgão essencial à fiscalização do dinheiro público.

— Não há outro método mais adequado para aferir competência e qualificação técnica do que o concurso público. O Tribunal de Contas [da União] tem que ser extremamente qualificado para cumprir sua missão, que é conter o processo de corrupção, que se alarga pelo país.

Humberto Costa elogia estratégia do PT para eleições

Humberto Costa (PT-PE) comemorou ontem, em pronunciamento, a decisão de seu partido de lançar ao Senado o nome de João Paulo, ex-prefeito de Recife, e apoiar o senador Armando Monteiro (PTB) como candidato ao governo de Pernambuco.

De acordo com Humberto, a coligação do PT com o PTB vai procurar dar continuidade



às mudanças sociais promovidas pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma. O senador disse que propostas do seu partido têm sido bem recebidas pelos eleitores no estado como um todo.

— O PT é o partido que melhor traduz o desejo de mudar do povo brasileiro: sem retrocessos, sem colocar em risco todas as vitórias obtidas.

CAMPINAS LANÇA ESCOLA DESENVOLVIDA EM PARCERIA COM ILB

A Câmara Municipal de Campinas (SP) inaugurou ontem a Escola do Legislativo de Campinas (Elecamp), desenvolvida em parceria com o Senado por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). A escola vai oferecer cursos de capacitação e qualificação de servidores do Legislativo nas áreas de regimento interno, lei orgânica e orçamento, entre outras. Participaram da solenidade o presidente da câmara, Campos Filho, o diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, e o diretor da Gráfica do Senado, Florian Madrugá.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Tributação de lucro

14h A MP 627/2013, que muda a forma de cobrança de tributos sobre os lucros de subsidiárias de empresa brasileira no exterior, tranca a pauta.

PRESIDÊNCIA Ministro da Justiça

10h30 O senador Renan Calheiros recebe o presidente Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Agrotóxico natural

8h Na pauta, o projeto que institui a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural e o que trata das áreas de preservação permanente em áreas urbanas.

CCT/CCJ/CMA Marco Civil da Internet

8h30 As Comissões de Ciência e Tecnologia; Constituição e Justiça; e Meio Ambiente promovem o primeiro debate para instrução do projeto sobre o Marco Civil da Internet.

CRE Indicações para embaixadas

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se para examinar indicações de diplomatas para Santa Lúcia, Emirados Árabes e Sudão, Bulgária, Macedônia, Suécia e Letônia.

CE Gestão do conhecimento

10h Audiência pública interativa sobre as bases legais para a conceituação da biblioteca como centro de gestão do conhecimento é destaque da comissão. Participa do debate o secretário-executivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura, José Castilho Marques Neto.

CAS Combate à obesidade

10h30 A Comissão de Assuntos Sociais debate as políticas públicas de combate à obesidade. Para a audiência, foi convidada a coordenadora-geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Patrícia Constante Jaime.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública conjunta sobre o Marco Civil da Internet das **Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**; às 10h30, audiência pública da **Comissão de Assuntos Sociais**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Adiamento visa aguardar pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a investigação abranger também alvos como o metrô de São Paulo e o Porto de Suape

Plenário vota na terça-feira o foco da CPI da Petrobras

O PLENÁRIO ANALISA apenas na terça-feira o parecer aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a favor de uma CPI da Petrobras com foco ampliado. O adiamento foi decidido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de dar tempo para uma eventual manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF).

Pela decisão da CCJ, segundo relatório de Romero Jucá (PMDB-RR), a investigação deverá abranger não apenas denúncias sobre a Petrobras, como o prejuízo com a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), mas também supostas irregularidades nos metrô de São Paulo e do Distrito Federal e no Porto de Suape, em Pernambuco.

— Acho prudente que ouçamos também o Supremo Tribunal Federal para pacificar essa questão. De uma vez por todas, vamos aclarar o entendimento desse assunto, que é complexo e intrincado — disse o presidente do Senado.

Senadores da oposição impetraram mandado de segurança na terça-feira com pedido de liminar para que seja determinada a criação imediata da CPI exclusiva da Petrobras. A relatoria da ação (MS 32.885) ficou a cargo da ministra Rosa Weber. Ontem a senadora Ana Rita (PT-ES)



Renan (C) argumenta que, pela complexidade do assunto, é prudente aguardar

impetrou outro mandado de segurança, a fim de anular o requerimento da oposição, que teria fatos desconexos.

Votação simbólica

Na CCJ, diante da perspectiva de aprovação do parecer de Jucá, favorável à CPI nos moldes propostos pela base do governo, os senadores de oposição e alguns dos chamados independentes deixaram a reunião. A aprovação foi confirmada em votação simbólica.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) considerou “precavida” e “de bom senso” a decisão de Renan sobre o adiamento da análise em Plenário. Randolfe disse acreditar que o STF será favorável à instalação de uma CPI que trate apenas da Petrobras. Para ele, a investigação ampliada é apenas uma estratégia da maioria para impedir qualquer investiga-

ção. A decisão da CCJ, afirmou Randolfe, foi uma violência “ao direito sagrado das minorias” de solicitarem a instalação de CPIs.

— Até terça-feira, o Supremo Tribunal Federal, com certeza, dará guarida à petição que nós fizemos para que seja concedida liminar à instalação da CPI. Sendo concedida a liminar, não tem mais razão de ser o parecer que foi concedido hoje [ontem] pela CCJ — disse o senador.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) explicou que a CPI exclusiva da Petrobras atendeu todos os requisitos legais e que, portanto, já deveria estar instalada e com os líderes indicando os integrantes.

— Tudo que tem sido feito até este momento são manobras para postergar a instalação da CPI — afirmou Rollemberg.

Oposição argumenta que calar minorias é inconstitucional

Senadores de oposição e independentes consideraram inconstitucional a posição da base do governo, que estaria impedindo o direito da Minoria de pedir a criação de CPIs.

— Se querem fazer outras investigações, sobre quaisquer temas, que o façam. Apenas não criem uma CPI que não investigará a Petrobras — disse o presidente do PSDB, Aécio Neves (MG).

Alvaro Dias (PSDB-PR), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR) concordam com Aécio.

— O que se discute é se o Senado vai cumprir seu

papel ou se nós estaremos inaugurando uma nova fase de arbítrio e de ditadura no país — afirmou Cássio.

Francisco Dornelles (PP-RJ) apontou a inconstitucionalidade da inclusão de outros temas na CPI da Petrobras:

— São fatos determinados que não possuem nenhuma conexão com o conjunto de fatos relativos à Petrobras.

Ele disse também que todas as investigações propostas teriam mais eficácia se conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

Caso o STF determine a CPI restrita, poderá ser criada, além da CPI ampla, uma outra com foco específico na Petrobras, como explicou Jucá.

PT pede que Supremo esclareça conexão entre fatos apontados

Embora o mandado de segurança impetrado por Ana Rita busque esclarecer a conexão dos fatos somente da CPI da oposição, há a possibilidade de que uma manifestação do STF acabe por impedir a criação, inclusive, da CPI mais ampla, pois ela também trata dos fatos relacionados à Petrobras.

— O que o Supremo Tribunal Federal decidir tem defesa constitucional e o Senado deverá cumprir. Se isso acontecer, caberá aos signatários das CPIs entrar com pedido que tenha clareza do

fato determinado — afirmou a senadora.

O mandado questiona a conexão entre os fatos apontados pela oposição para pedir a criação de uma CPI exclusiva da Petrobras.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), o mandado de segurança impetrado pelo PT dá ao STF mais base para decidir.

— As coisas não estão claras para que o Congresso possa encaminhar uma CPI. O Supremo, ao responder à ação do PT e à ação da oposição, vai estar esclarecendo ambas as partes — disse Gleisi.

Polêmica acirra os ânimos durante a reunião

O debate na CCJ transcorreu em clima tenso. Enquanto a oposição argumentava que a inclusão de fatos fora da esfera da Petrobras fere o direito da Minoria de fiscalizar o governo, a base de apoio da presidente Dilma Rousseff alegava que os fatos determinados para apuração no pedido de CPI dos opositoristas são desconexos, apesar de se referirem todos à Petrobras.

Gleisi Hoffmann acusou a oposição de usar a CPI com objetivos eleitorais, para provocar o desgaste político do governo com vistas à eleição presidencial em outubro, já que Dilma era a presidente do Conselho de Administração da Petrobras quando o negócio de Pasadena foi aprovado.

Jorge Viana (PT-AC) e José Pimentel (PT-CE) também apontaram uso eleitoral da CPI.

— No fundo, no fundo, a oposição não quer uma CPI contra a Petrobras ou da Petrobras, quer a CPI da presidenta Dilma, do governo da presidenta Dilma — disse Viana.

Pimentel lembrou que a refinaria de Pasadena foi alvo de CPI em 2009, com conclusões enviadas ao Tribunal de Contas da União.

— Os órgãos de Estado estão todos funcionando e todos investigando, mas, por ser um ano eleitoral e por ser uma CPI política, e não investigativa, volta à mesma matéria.

Pedro Simon criticou a decisão de Renan pela CPI ampla e disse que “o PT e o governo não querem investigar nada”.

— Misturar Petrobras, porto e metrô é não querer fazer nada.

Simon lembrou a trajetória

do PT na oposição, quando o partido se colocava a favor de inquéritos pelo Congresso, e destacou que “é um erro político” impedir a investigação da compra bilionária de uma refinaria nos Estados Unidos.

Roberto Requião disse que a estratégia governista acaba por “canonizar a oposição representada por quem quer eliminar a soberania brasileira no petróleo”.

— O governo se desgasta de forma tola ao se opor a uma investigação que será feita, porque o Supremo vai se pronunciar nesse sentido — previu.



Aloysio quer uma CPI exclusiva da Petrobras, considerada eleitoral por Viana

Ana Amélia diz que fundo de pensão também está em jogo

Ana Amélia (PP-RS) disse que é preciso investigar os negócios da Petrobras porque está em jogo também o fundo de previdência da estatal. Ela afirmou que novas regras na governança dos fundos de pensão são necessárias para evitar o que aconteceu com o fundo Aerus, no qual desde 2006 as aposentadorias pagas correspondem a 8% do valor devido.

A senadora lembrou também que o caso Petrobras interessa, em especial, aos trabalhadores que investiram na estatal:

— Muitos são acionistas da companhia e têm investimentos ou aplicações, ainda que miúdas, algumas também grandes, do FGTS, quando a lei assim o permitia — disse a senadora.

Gleisi classifica opositoristas de antidemocráticos

A ampliação da CPI da Petrobras foi defendida em Plenário por Gleisi Hoffmann (PT-PR), que classificou como antidemocrática a postura dos senadores opositoristas na CCJ. Ela afirmou que falta à oposição uma proposta de governo consistente com o rigor das cobranças e que os opositoristas devem explicações sobre a postura de barrar CPIs no passado.

A senadora lembrou que, na década de 90, o governo Fernando Henrique Cardoso usou de uma ampla coalizão partidária para impedir investigações no Congresso.

Para isso, disse ela, foram usados procedimentos regimentais que não resistiriam a um exame jurídico. A compra de votos para a emenda da reeleição foi uma das denúncias que, segundo a senadora, deveriam ter sido alvo de CPI na época.

— CPI em ano eleitoral não podia antes. Agora pode?

Segue para a Câmara projeto que dá aposentadoria especial a pescadores

Benefício, aprovado em segunda votação ontem no Senado, poderá ser requerido após 25 anos de contribuição previdenciária

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo que garante aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição previdenciária. A proposta também assegura que o período de defeso, em que a pesca fica suspensa para garantia da reprodução das espécies, será contado como tempo de contribuição.

Agora o projeto segue direto para a Câmara dos Deputados, porque a proposta recebeu decisão terminativa na CAS. Só caberá decisão final no Plenário do Senado se houver recurso com essa finalidade. Sempre que se aprova substitutivo a projeto terminativo, é necessária a votação em turno suplementar, para recebimento de emendas. Não havendo emendas, como foi o caso, não há votação e o texto é definitivamente adotado.

O substitutivo foi apresentado por Benedito de Lira (PP-AL), tendo por base dois projetos de Paulo Paim (PT-RS), que tramitavam em conjunto. O relator recomendou a aprovação do PLS 150/2013, por ser o mais antigo. Também foi aproveitada parte do PLS 152/2013, que foi formalmente rejeitado.



Moka (D) coordena reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou substitutivo de Benedito a projeto de Paim (E)

Paim agradeceu aos colegas em nome dos pescadores de todo o país. Segundo ele, a categoria desenvolve um trabalho “perigoso, perigoso e insalubre”, razão para merecer regras previdenciárias especiais.

Defeso

A proposta reconhece o período de defeso na pesca como tempo efetivo de contribuição para concessão de benefícios previdenciários, mas descartando-o para efeito do cálculo do valor do salário-benefício.

O texto estabelece que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) averbará como tempo de contribuição o período de defeso decorrente de ato ou norma da União,

bastando para isso um simples requerimento e que o segurado comprove inscrição no Registro Geral da Pesca.

O substitutivo não fixa diretamente o prazo de contribuição para o pescador ter direito à aposentadoria especial em 25 anos. De forma indireta, porém, dispensa a categoria de comprovar, ao reivindicar esse benefício junto ao INSS, o tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Piso salarial

Além do mais, o texto estabelece que o deferimento da aposentadoria especial para esses segurados considerará como preponderante a

ação dos agentes naturais.

Pelo texto, durante o período de suspensão da pesca, os trabalhadores ainda deverão receber o salário-defeso, no valor do piso salarial da categoria. A fonte de custeio será o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), conforme emenda proposta pelo relator.

O salário-defeso será o substituto do seguro-desemprego pago quando ocorre a paralisação ou suspensão das atividades de pesca em decorrência de ato do Executivo federal.

O substitutivo também deixa claro que os pescadores e trabalhadores de atividades afins não serão excluídos do Registro Geral da Pesca se exercerem outra atividade profissional no período de defeso.

Pescado precisa de incentivo à exportação, diz Casildo Maldaner

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que a pesca brasileira tem grande potencial no comércio exterior. Ele lembrou que o potencial hídrico do país é invejável, com mais de 8,5 mil quilômetros de litoral, além de 14% da água doce do planeta, a maior reserva mundial.

O senador registrou que o Brasil vem ampliando a produção de pescado: em 2013, foram 2,5 milhões de toneladas, o dobro do registrado em 2009.

Casildo informou que, em pouco mais de 15 anos, o Brasil terá condições de produzir até 20 milhões de toneladas de pescado ao ano e, assim, atender parte da demanda mundial. Ele pediu uma política mais agressiva das entidades que trabalham com a exportação de peixes e mais atenção do governo para o setor, por meio de incentivos fiscais, financiamentos e cursos de aperfeiçoamento.



Casildo registra que a produção dobrou em relação a 2009

Aprovados pelo Plenário três indicados para a diretoria da Antaq

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação de três diretores para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq): Mario Povia, Fernando José de Pádua da Costa Fonseca e Adalberto Tokarski.

Durante sabatina na Comissão de Infraestrutura, em março, Povia e Costa Fonseca ressaltaram a importância do setor para o país e a necessidade de investimento no sistema hidroviário. Fonseca afirmou que 98% das exportações brasileiras transitam pelo modal marítimo. Além disso, em 2013 os portos movimentaram 931 milhões de toneladas de carga.

Já Tokarski, sabatinado no início deste mês, classificou como estratégicas a melhoria da navegabilidade do Rio Tocantins e a garantia do escoamento da produção do Centro-Oeste, principalmente de grãos, pelos portos da Região Norte.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Eduardo Braga (PMDB-AM), Wellington Dias (PT-PI) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacaram a experiência de Tokarski.



Tokarski durante sabatina na CI, presidida por Fernando Collor

Paim lamenta caso de trabalho escravo em cruzeiro marítimo

Paulo Paim (PT-RS) comentou ontem, em pronunciamento, a notícia do resgate, por fiscais do Ministério do Trabalho, de 11 pessoas que trabalhavam em condições análogas à escravidão em um cruzeiro marítimo. O resgate ocorreu em Salvador e a empresa se recusou a pagar salários e verbas rescisórias e a reconhecer o trabalho escravo.

O senador lembrou que apresentou três projetos sobre a questão, todos em tramitação nas comissões do Senado, e disse que é fundamental acabar com esse tipo de exploração:

— Segundo a fiscalização, há demonstração de escravidão pela submissão do grupo a jornadas exaustivas sistemáticas, às vezes de mais de 14 horas, maus-tratos e assédio moral — relatou o senador.

Multa para empregador doméstico que não assinar carteira começa em 120 dias

Os empregadores domésticos que não fizerem o registro do empregado na carteira de trabalho, com data de admissão e remuneração, ficarão sujeitos a multa de pelo menos R\$ 724. A sanção, prevista na Lei 12.964/2014, publicada no *Diário Oficial da União* de ontem, entra em vigor no prazo de 120 dias.

A norma estabelece como regra geral que as infrações previstas na Lei 5.859/1972, que trata do trabalho doméstico, serão punidas com as mesmas multas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No caso da falta de registro, a multa prevista no artigo 52 da CLT, de meio salário mínimo, deve ser dobrada, mas o valor pode ser reduzido se o empregador fizer as anotações e recolher as contribuições previdenciárias voluntariamente.

Foi vetado dispositivo que previa multa pela Justiça do Trabalho e sua reversão em benefício do trabalhador prejudicado. Os Ministérios do Trabalho e da Justiça e a Advocacia-Geral da União opinaram que a redação do dispositivo não deixa clara a natureza da multa e a competência para a aplicação.



Agência do Trabalhador em Brasília: multa vai partir de R\$ 724

Associações de aposentados pedem rapidez para proposta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu os presidentes da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, Warley Martins; da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Alagoas, Gildo Arquimínio; e da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Arapiraca (AL), Lourdes Carvalho.

Eles pediram rapidez na tramitação do projeto (PLS 672/2011) que desconta R\$ 2 por ano nos benefícios dos aposentados e pensionistas da Previdência. Os recursos deverão fortalecer as entidades que vivem de mensalidade. O projeto possibilita requerer a exclusão do desconto.

— Estou comprometido com a causa de vocês e prometo marcar uma data para a votação em Plenário — disse Renan.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos aprovaram sem mudanças a proposta do Executivo, já alterada pela Câmara, para prever novo cálculo do saldo devedor

Novo indexador das dívidas dos estados vai ao Plenário

AS COMISSÕES DE Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovaram ontem relatório de Luiz Henrique (PMDB-SC) ao projeto de lei que reduz os encargos das dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013). Com isso, o texto segue para votação em Plenário.

O relatório prevê a rejeição das três emendas apresentadas em Plenário por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) para, de acordo com Luiz Henrique, evitar o retorno do texto à Câmara dos Deputados. Isso atrasaria a alteração do indexador das dívidas, cobrança antiga de prefeitos e governadores.

— Seria igualmente importante celebrar um acordo com a presidente Dilma Rousseff para que o projeto pudesse ser votado ainda neste semestre — disse o relator, dirigindo-se aos governadores presentes, Tarso Genro, do Rio Grande do Sul; Raimundo Colombo, de Santa Catarina; e Teotônio Vilela, de Alagoas.

— Hoje, o Senado mostrou competência, articulação e firmeza e o governo federal também contribuiu, permitindo que nós avançássemos e estabelecêssemos, agora, a fase final da negociação — disse Raimundo Colombo.

Teotônio Vilela relatou ter



Colombo, Teotônio, Lindbergh, Vital, Tarso e Luiz Henrique na sessão de ontem

conversado com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para que o projeto seja colocado na ordem do dia em “momento oportuno”. Na avaliação do governador, é necessário que isso seja feito em acordo com a presidente da República.

— É importante, realmente, que esse processo tenha a participação da presidenta Dilma, para não correremos o risco de haver algum veto que venha a macular o projeto na forma como está — disse.

A preocupação é a mesma do presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), que evitou colocar em votação um pedido de urgência sugerido por Paulo Paim (PT-RS).

Na opinião de Lindbergh, é preciso cautela para que a matéria seja colocada em votação em um momento adequado.

O Executivo enviou o projeto

à Câmara no início de 2013. O texto original prevê a troca do indexador das dívidas, o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%. Fixa como limite para a cobrança de encargos a taxa Selic. Se a soma dos encargos ultrapassar a taxa básica de juros, a própria Selic será usada como indexador.

A Câmara aprovou essa fórmula, mas alterou o projeto para prever descontos nos estoques das dívidas, equivalentes à diferença entre o saldo devedor apurado de 1º de janeiro de 2013 e o apurado com a aplicação da variação acumulada da Selic desde a assinatura dos contratos.

A votação da proposta foi adiada de dezembro para o início dos trabalhos, em fevereiro. Só agora, porém, chegou-se a um acordo.

Luiz Henrique pede votação de novo índice para débitos estaduais

O Senado precisa concluir logo a votação do projeto de lei que muda o índice de correção das dívidas dos estados e municípios com a União (PLC 99/2013), disse Luiz Henrique (PMDB-SC).

— É um projeto da maior importância, que, implementado pelos estados e municípios endividados, deverá restituir ao país um ritmo elevado de crescimento. Espero que possamos ainda neste semestre definir uma data para votar em Plenário — afirmou.

O senador ressaltou que atualmente o Brasil investe apenas 18% do PIB, quando deveria investir, no mínimo, 25%. Ele previu que a aprovação do projeto vai permitir que os estados e municípios recuperem parte da capacidade de investimento.

Luiz Henrique destacou a participação de governadores para o entendimento que possibilitou a aprovação do texto.

Novo pacto federativo é fundamental, afirma Walter Pinheiro

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou a aprovação, pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ), do projeto sobre renegociação das dívidas de estados e municípios. Ele observou, porém, que apenas a renegociação não vai resolver os problemas, pois é preciso avançar e promover um novo pacto federativo que divida melhor o dinheiro arrecadado.

A repactuação da dívida, disse o senador, é fundamental para salvar os estados, resolver o problema das finanças dos municípios e criar um ambiente de desenvolvimento local.

— O PIB só cresce quando o município tem capacidade de desenvolvimento econômico. É no município que a economia se move — afirmou.

Cidinho Santos presta homenagem a Cuiabá pelos 295 anos

O senador Cidinho Santos (PR-MT) homenageou Cuiabá pelos 295 anos. Ele disse que a capital mato-grossense, chamada de Cidade Verde, é o centro geodésico da América do Sul.

— Uma pequena metrópole no coração da América do Sul consolida-se como uma importante cidade brasileira, na medida em que contribui para o desenvolvimento econômico e social de toda a Região Centro-Oeste — disse.

Cidinho comemorou o fato de Cuiabá receber jogos da Copa do Mundo. Ele disse que o evento deixará um importante legado, já que existem 56 projetos em andamento, com investimentos públicos da ordem de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões para a mobilidade urbana.

Excesso de tributos prejudica a reciclagem, dizem debatedores

Representantes dos principais segmentos industriais do país explicaram ontem, na Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, o processo de implantação do serviço de logística reversa — ações e procedimentos necessários para viabilizar a coleta e a restituição de material reciclável ao setor empresarial, para reaproveitamento.

Apesar de considerarem a Lei de Resíduos Sólidos um grande avanço para o país, eles apontaram a carga tributária como um dos entraves.

— Há casos em que matéria reciclada, por conta dos impostos em cascata, acaba saindo mais cara que a matéria-prima virgem — disse o presidente da subcomissão, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Segundo Ana Paula Bernardes, gerente de projetos da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro, 80% da produção é feita sem extração de matéria-prima nova, mas o IPI é o mesmo da indústria que utilizou matéria-prima virgem.

Outro ponto polêmico diz respeito aos eletroeletrônicos, já que a indústria nacional, segundo André Luis Saraiva,

diretor de Responsabilidade Socioambiental da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, deverá ser penalizada ao precisar dar um destino às carcaças que não produziram, fruto de contrabando ou até mesmo importadas legalmente.

Centros geradores

De acordo com Zilda Veloso, diretora do Departamento de Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, 25% dos municípios são responsáveis por 80% do lixo urbano. Para ela, se o ataque for feito aos grandes centros geradores, o maior problema da destinação dos resíduos estará mais próximo de ser solucionado.

Para Lauro Moretto, vice-presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, são necessárias campanhas para mostrar à população como a logística reversa deve ser feita.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu que as entidades participantes da audiência enviem à comissão as sugestões de aprimoramento legislativo para a efetivação da logística reversa.



Cícero Lucena (C) coordena reunião: carga tributária prejudica reciclagem

Comissão de Orçamento cobra indicação de relatores

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), voltou a cobrar dos líderes partidários a indicação dos relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015. O deputado pediu que as indicações sejam feitas até a próxima reunião, no dia 15.

O apelo foi feito na reunião em que foi aprovada a Medida Provisória 637/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,97 bilhão para despesas imprevistas e urgentes em nove ministérios, sobretudo, para regiões atingidas por desastres e estiagens. A medida será votada pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Medida provisória tranca a pauta de votações

A Medida Provisória (MP) 627/2013 foi lida ontem em Plenário e passou a trancar a pauta de votações. A MP trata, entre outros assuntos, da mudança na cobrança de tributos sobre os lucros de empresas brasileiras resultantes de operações de subsidiárias no exterior.

Antes as empresas pagavam esses tributos imediatamente. A MP estabeleceu um prazo de cinco anos, com quitação de 25% da dívida no primeiro ano. Deputados mudaram o texto, para que a quitação da dívida com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ocorra em oito anos, com pagamento de 12,5% no primeiro ano.

A MP perde validade em 21 de abril.

Evasão e reprovação no ensino médio preocupam

Ministro da Educação reconhece que o nível médio é o mais problemático da educação brasileira e afirma que um novo programa, o Pacto Nacional pelo Ensino Médio, vai melhorar a situação

O MINISTRO DA Educação, Henrique Paim, reconheceu ontem que o ensino médio é o setor com mais problemas e um dos maiores desafios da pasta. Os elevados índices de reprovação e evasão aliados a problemas de qualidade preocupam o ministro, que participou de audiência na Comissão de Educação (CE).

Para melhorar a situação, o governo aposta agora no Pacto Nacional pelo Ensino Médio, que envolve uma série de ações com as secretarias de Educação dos estados para melhorar a formação dos professores e coordenadores pedagógicos. Entre as metas, está o aumento de indicadores de proficiência em matemática, português e ciências. O ministro informou que todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal já aderiram ao programa.

— É importante dizer que existe uma unanimidade no Brasil de que a gente precisa melhorar. Só que nosso

problema, na realidade, é de qualidade e de inclusão. Logo no primeiro ano do ensino médio, o índice de reprovação é de 30%, fator que está relacionado também à evasão escolar. De 1997 para cá, conseguimos a inclusão de 5 milhões de estudantes. Fazer essa inserção com qualidade é o desafio.

Paim disse que a ampliação da jornada dos estudantes é outro ponto que vai receber atenção. Ele informou que, de 2010 a 2013, houve um crescimento de 139% no número de

matrículas com jornada igual ou superior a sete horas.

— O Ministério da Educação investe R\$ 2 bilhões por ano nesse programa.

O ministro também esclareceu a situação dos estudantes da Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade (UniverCidade), descredenciadas em janeiro pelo Ministério da Educação. Segundo ele, cerca de 90% dos alunos que entraram no processo de transferência assistida do ministério conseguiram migrar para outras instituições.



Henrique Paim fala na CE ao lado do presidente da comissão, Cyro Miranda

País precisa de novo modelo para educação pública

A necessidade de definir um novo modelo para a educação pública no Brasil foi defendida ontem em audiência da Comissão Especial de Financiamento da Educação, criada no ano passado para buscar soluções que aumentem os recursos para a educação no país. A comissão é presidida pelo senador Cristovam Buarque.

Os especialistas que participaram da discussão divergiram sobre qual deveria ser o novo modelo, mas concordaram que o sistema atual não oferece qualidade de ensino suficiente para que o país dê um salto de desenvolvimento.

Para eles, os critérios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), responsável por distribuir entre estados e

municípios os recursos destinados constitucionalmente à educação, fazem com que o repasse de verbas seja desigual, o que acaba prejudicando a qualidade geral do ensino.

Segundo o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Fernando Rezende, o Fundeb não é capaz de corrigir disparidades regionais. Em sua opinião, é preciso “discutir a única reforma que

foi esquecida nos últimos 20 anos: a reforma orçamentária”.

As críticas ao Fundeb foram compartilhadas por André Amorim Alencar, representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Entre os problemas, ele destacou que somente o número de alunos matriculados é levado em conta na partilha de recursos e não a qualidade do ensino.



Ao lado de Cristovam (C), Rezende diz que Fundeb não corrige desnível regional

Audiência pública sobre gestão de bibliotecas começa hoje às 10h

A Comissão de Educação realiza hoje, às 10h, audiência pública interativa sobre “as ba-

ses legais para a conceituação da biblioteca como centro de gestão do conhecimento”.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CEbibliotecaEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CEbibliotecaAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #CESenado #Biblioteca	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Suplicy pede rejeição a anistia bilionária para planos de saúde

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu aos senadores que retirem do projeto de lei que altera a Medida Provisória (MP) 627/2013 o perdão a multas de planos de saúde. Essa anistia, de cerca de R\$ 2 bilhões, foi incluída pela Câmara dos Deputados.

Segundo Suplicy, o Ministério da Saúde já advertiu que o governo é contra essa mudan-



Valdemir Barreto/Agência Senado

ça porque sua aprovação geraria grande prejuízo aos mais de 50 milhões de brasileiros que têm planos de saúde.

— Essa emenda perdoa cerca de R\$ 2 bilhões em multas contra as operadoras e isso não ajuda, em nada, a melhorar o sistema de saúde suplementar — disse o senador.

Davim propõe tornar crime preconceito contra doentes mentais

Paulo Davim (PV-RN) defendeu a aprovação de projeto dele que torna crime a psicofobia — preconceito ou discriminação contra os portadores de transtornos e deficiências mentais. Ele também elogiou o apoio da empresa Oi à proposta e à campanha da Associação Brasileira de Psiquiatria no mesmo sentido.



Valdemir Barreto/Agência Senado

Como médico, Davim ainda pediu às famílias que enfrentem o preconceito e busquem atendimento psiquiátrico tão logo percebam que um de seus membros possa estar com algum problema mental. Nessa categoria se incluem o transtorno bipolar e a depressão.

Kátia Abreu apoia decisão que assegura uso de herbicida

Kátia Abreu (PMDB-TO) comemorou decisão da Justiça Federal que rejeitou a suspensão do uso do herbicida 2,4-D, muito usado na agricultura. A senadora ressaltou que o produto é aprovado em mais de 70 países e integra a fórmula de 46 defensivos agrícolas. A falta do herbicida poderia “arrasar a safra” brasileira, disse Kátia.

— Teríamos uma queda



Valdemir Barreto/Agência Senado

na produtividade absurda, aumento no preço dos alimentos e, conseqüentemente, aumento da inflação no Brasil.

Ela pôs em dúvida os motivos que levaram a Anvisa a não revalidar a licença do defensivo, o que motivou o Ministério Público a pedir a suspensão do uso do produto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Revisão da Lei de Anistia avança no Senado

Comissão de Direitos Humanos aprova projeto que permite punição a militares e civis responsáveis por violações de direitos humanos durante a ditadura no Brasil

A REVISÃO DA Lei de Anistia, de 1979, ganhou força ontem com a aprovação do PLS 237/2013 pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). O projeto, de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), permite que militares e civis responsáveis por graves violações de direitos humanos sejam punidos. A proposta foi colocada em pauta a pedido dos integrantes da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, que apoiam campanha da Anistia Internacional pela punição dos crimes da ditadura militar (1964–1985). O texto segue agora para as Comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Conforme o artigo 1º do projeto, “não se incluem entre os crimes conexos [definidos pela Lei de Anistia] aqueles cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas que, de qualquer forma, se opunham ao regime de governo vigente no período por ela abrangido”.

Segundo Randolfe, o objetivo é superar o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que crimes como tortura, sequestro e homicídio cometidos durante o regime militar sejam considerados conexos aos crimes políticos e, portanto, abrangidos pela Lei de Anistia. Para ele, a lei



Presidente da CDH, Ana Rita ouve o presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous

aprovada em 1979 foi uma imposição do período da ditadura.

— Aquela lei não foi resultado da luta sonhada e desejada pelos exilados. Não existe pacto quando um dos lados está armado e o outro está desarmado. A Lei da Anistia foi uma imposição — disse o senador, afirmando também que o projeto contribuirá para o resgate da memória e da verdade do país.

Exilados

O único mérito da Lei da Anistia, segundo Randolfe, foi garantir o retorno dos exilados, contrários ao regime. Para ele, adequar a Lei da Anistia à Constituição de 1988 e ao sis-

tema internacional de direitos humanos é tarefa urgente do Legislativo.

— Não pode haver ódio, mas não pode haver perdão. Não é uma lei para olhar para o passado, é uma lei para olhar para o futuro — disse Randolfe, afirmando que a ditadura deixou uma estrutura conservadora no estado brasileiro, como o atual modelo das polícias militares.

Em relatório favorável ao texto, João Capiberibe (PSB-AP) reforçou que o crime de tortura é imprescritível, conforme tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

— Não houve na negociação da Anistia igualdade de posições entre a sociedade, refém

de um regime repressivo, e seus carcereiros. A ditadura aproveitou-se da força que ainda lhe restava para impor uma anistia que lhe desse cobertura a sua retirada de cena, assegurando a impunidade de seus agentes mais impiedosos.

Campanha

Presidente da Subcomissão da Verdade do Senado, Capiberibe participa da campanha promovida pela Anistia Internacional pedindo a revisão da Lei de Anistia. Desde o dia 1º de abril, estão sendo coletadas assinaturas on-line a favor da revisão da norma. Segundo ele, a persistência dos embates ideológicos em torno

dos fatos trágicos ocorridos durante a ditadura civil-militar impedem, de certo modo, que aprendamos lições importantes sobre esse passado.

— E isso ocorre, em parte, porque muitos torturadores ainda podem se apresentar como defensores da ordem, e não como criminosos, pois jamais foram julgados. Hoje importa para o país e para toda a humanidade que os crimes contra os direitos humanos sejam punidos, para que a impunidade não estimule a sobrevivência da cultura da tortura e da aniquilação violenta dos adversários políticos — afirmou Capiberibe.

Conduzida pela presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), a votação contou com a presença do presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous, e de representantes de entidades de direitos humanos.

Um hotsite produzido pela Agência Senado reconta a história do movimento civil-militar que há 50 anos interrompeu a democracia e mergulhou o país em duas décadas de ditadura. O site reúne as manifestações dos senadores a respeito do período histórico.

Accesse o hotsite sobre os 50 anos do golpe: <http://bit.ly/50anosGolpe>

Parlamentares pedem sindicância para apurar violência na ditadura

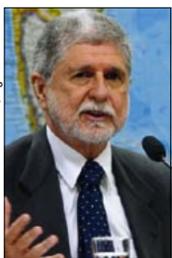


Foto: Paulo/Agência Senado

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem pedido para que o ministro da Defesa,

Celso Amorim (foto), abra sindicância para apurar a ocorrência de graves violações de direitos humanos em instalações militares como o Pelotão de Investigações Criminais do Batalhão da Polícia Especial de Brasília (DF), o Colégio Militar de Belo Horizonte (MG) e o Quartel da Polícia do Exército de Salvador (BA). Esses e outros locais foram citados por testemunhas e vítimas de violência cometida durante a ditadura militar (1964–1985).

Também foram aprovados requerimentos para apurar casos semelhantes ocorridos em outros estados e instituições. Os documentos foram encaminhados ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a governadores.

Falta de quórum adia decisão sobre nome da Ala Filinto Müller

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou para a semana que vem a análise do projeto de resolução do Senado (PRS 36/2011) que muda o nome da Ala Filinto Müller — onde está parte dos gabinetes dos senadores — para Ala Luís Carlos Prestes.

A proposta chegou a ser rejeitada pela comissão em votação simbólica, mas ao atender pedido de Humberto Costa (PT-PE) para verificação de quórum, o presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), procedeu à votação nominal e concluiu que não havia o número mínimo de senadores.

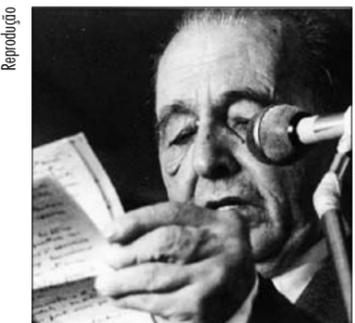
A falta de quórum acabou derrubando a reunião e transferindo o exame dos 35 itens

da pauta para quarta-feira.

O projeto é de Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que irá analisá-lo depois da CCJ, onde recebeu parecer favorável do relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Além de Humberto, os senadores pelo PT Gleisi Hoffmann (PR), José Pimentel (CE) e Eduardo Suplicy (SP) manifestaram apoio à iniciativa, enquanto Francisco Dornelles (PP-RJ), Cidinho Santos (PR-MT) e Romero Jucá (PMDB-RR) foram contra.

As duas personalidades foram senadores, mas construíram trajetórias políticas opostas — Müller à direita e Prestes à esquerda.



Ex-senadores Filinto Müller e Luís Carlos Prestes: caminhos políticos opostos

Sancionada lei que garante convivência de presos com os filhos

Foi sancionada ontem a Lei 12.962/2014, que garante a convivência entre presos e seus filhos, para permitir a manutenção dos laços familiares e favorecer a ressocialização. O texto prevê visitas periódicas, independentemente de autorização judicial, e a permanência da criança ou do adolescente na família de origem, que deverá ser incluída em programas oficiais de auxílio.

A lei dispõe ainda que a condenação criminal não terá como consequência automática a perda do poder familiar, exceto no caso de crime doloso praticado contra o próprio filho ou filha.

De iniciativa do Executivo, o projeto que deu origem à lei (PLC 58/2013) foi aprovado pelo Plenário do Senado em março, em votação simbólica. Ao defender a proposta, o relator, Humberto Costa (PT-PE), disse que as medidas dão condições efetivas para a preservação da convivência familiar, já assegurada em lei.

Comissão apoia uso de bicicletas por servidores da Casa

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem uma moção de apoio aos servidores do Senado pela instalação de estruturas internas que facilitem o uso da bicicleta como meio de transporte para o trabalho.

Segunda-feira, 35 servidores da Casa promoveram um “bicicletaço”, fazendo o percurso de casa para o trabalho sobre duas rodas. O objetivo do movimento é reivindicar à administração do Senado a melhoria da infraestrutura de apoio aos ciclistas, com construção de paraciclos e vestiários.

— Parabenizamos os servidores pelo ato de conscientização, lembrança de que atitudes simples e cotidianas, como usar a bicicleta em lugar do automóvel, podem fazer muito por uma vida saudável e pela sustentabilidade do planeta. O Senado deve ser um exemplo nessa direção — disse a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES).

Dornelles critica parte de MP que tributa lucro no exterior

Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou artigos da Medida Provisória 627 que tratam do aumento patrimonial de empresas brasileiras decorrente de participação nos lucros de subsidiárias no exterior. Para ele, a tributação não deve ocorrer caso os rendimentos não tenham sido distribuídos.

— Essa insistência do fisco brasileiro de tributar lucros não distribuídos está fazendo com que o lucro de empresa brasileira sofra tributação duas vezes maior que a empresa estrangeira obtém no Brasil — protestou.

O senador, no entanto, elogiou a MP por definir como e de que forma o lucro vai ser tributado.



Para Dornelles, MP tem o mérito de definir como tributar o lucro

Senado aprova duas indicações para embaixadas

O Plenário aprovou ontem as indicações dos diplomatas Regina Célia de Oliveira Bittencourt e Eduardo Ricardo Gradilone Neto para embaixadas do Brasil.

Regina Bittencourt vai ocupar o cargo de embaixadora em Burkina Fasso. A diplomata já serviu nas embaixadas do Brasil em Copenhague, La Paz, Budapeste, Manágua, Londres e Port of Spain. Também foi cônsul-adjunta no Consulado-Geral em Miami.

Ao ser sabatinada na Comissão de Relações Exteriores (CRE), disse que considera importante acompanhar de perto as articulações para as próximas eleições presidenciais no país, que estão próximas. Burkina Fasso é um país africano que faz fronteira com Mali e Gana.

Eduardo Gradilone Neto vai exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino de Tonga, cumulativamente com o cargo de embaixador na Nova Zelândia. O Reino de Tonga é formado pela união de 172 ilhas e fica na Oceania.

Espionagem: para CPI, Brasil é um dos mais vulneráveis

Comissão encerra os trabalhos alertando para o baixo investimento do país em inteligência e contrainteligência e propondo várias mudanças legislativas, inclusive na Constituição federal

A CPI DA Espionagem, presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), encerrou ontem os trabalhos com a apresentação e aprovação do relatório final de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O documento aponta a fragilidade do Brasil frente à espionagem eletrônica internacional e sugere medidas para a melhoria da segurança.

— A fragilidade do sistema de telecomunicações brasileiro e de nosso sistema de inteligência e defesa cibernética ficou evidente — assinalou o senador.

Ele propõe investimentos em inteligência e em contrainteligência, com um esforço especial no desenvolvimento de tecnologias próprias, mais dinheiro para os serviços secretos, a compra e o desenvolvimento de equipamentos e a capacitação de profissionais. Propõe também uma legislação que ampare o setor de inteligência e permita que o pessoal da área atue em defesa do Estado e da sociedade.

— Nosso serviço de inteligência e contrainteligência esbarra não apenas na desconfiança de boa parte da população e dos administradores públicos, como no orçamento escasso e na ausência de integração entre os próprios órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência — disse o relator. O relatório é concluído com

a apresentação de um projeto de lei sobre o fornecimento de dados de empresas ou cidadãos brasileiros a organismos estrangeiros.

— A legislação interna de cada país tem de ser obedecida. Não se pode mais enviar dados sem que seus proprietários tenham informação sobre isso — defendeu Vanessa.

Recomendações

Outras recomendações são criar a Agência Brasileira de Inteligência de Sinais, com a função de “operar no ambiente virtual tanto na busca de dados de interesse do Brasil quanto na proteção dos ativos nacionais nessa área”, e comissão temporária no Senado para aperfeiçoar a legislação.

Além disso, o relatório defende a aprovação da PEC 67/2012, que inclui a atividade de inteligência na Constituição. A proposta, de acordo com o relator, traz mais garantias aos cidadãos e aos setores de inteligência nas atividades de produção e proteção ao conhecimento e dispõe sobre mecanismos de controle dos serviços secretos. De autoria de Fernando Collor (PTB-AL), está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para Vanessa, após sete meses de trabalho, ficou claro que o Brasil está entre as nações mais vulneráveis a crimes de espionagem cibernética.

Ferraço classificou de ínfimos os atuais investimentos públicos em inteligência de sinais e segurança cibernética. O parlamentar informou que o orçamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em 2012 foi de R\$ 527,7 milhões, dos quais apenas R\$ 4,86 milhões para investimentos efetivos.

— Chega a ser irresponsável não investir em contrainteligência no atual cenário global.

A CPI da Espionagem foi criada em setembro de 2013, após denúncias do ex-consultor da agência nacional de segurança dos EUA (NSA) Edward Snowden, hoje asilado na Rússia, de que o governo dos Estados Unidos teria monitorado milhões de e-mails e telefonemas no Brasil, inclusive os da presidente Dilma Rousseff.

A comissão realizou 15 reuniões, 8 das quais audiências públicas. Foram 72 requerimentos aprovados e centenas de documentos analisados.

Também participaram da reunião de ontem o vice-presidente da CPI, senador Pedro Taques (PDT-MT) e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Walter Pinheiro (PT-BA).

O texto agora será encaminhado à Mesa do Senado e a diversos órgãos públicos.



“Chega a ser irresponsável não investir em contrainteligência”, afirma Ferraço, ao lado da presidente da CPI, Vanessa

Marco Civil da Internet terá debate interativo hoje

As Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Meio Ambiente (CMA) e de Constituição e Justiça (CCJ) realizam hoje a primeira de três audiências conjuntas para debater o projeto que regulamenta a internet brasileira, o chamado Marco Civil da Internet (PLC 21/2014).

Os outros debates estão marcados para 15 e 22 de abril. Participam hoje Ma-

rivaldo Pereira (Ministério da Justiça), Beatriz Barbosa (Intervezes), Carlos Affonso Pereira (PUC-Rio) e Leonardo

Palhares (Câmara-e.net).

Interessados poderão enviar perguntas pelo Portal e-Cidadania e pelo Alô Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 8h30

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CCTInternetEC	▶ Tempo real: http://bit.ly/CCTInternetAS
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #MarcoCivil #Internet	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211

Viana comemora facilitação de visto para estrangeiros

Jorge Viana (PT-AC) celebrou a aprovação de projeto que simplifica a emissão de visto de turista para estrangeiros (PLC 4/2014). Segundo o senador, a medida pode aumentar o fluxo de estrangeiros ao Brasil, estimulando o setor, na opinião dele, ainda pouco explorado.

Pelo texto, que vai para a sanção presidencial, o pedido de visto poderá ser feito por via eletrônica.

Para Viana, apesar das belezas naturais e biodiversidade sem igual, o país ainda não aprendeu a explorar o potencial turístico.

— Pelo contrário, há uma quantidade enorme, e cada vez maior, de brasileiros viajando mundo afora.



Na opinião do senador, setor do turismo é pouco explorado no país

Ruben Figueiró cobra novos rumos para a política externa

Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou do governo novos rumos para a política externa. Para ele, desde o governo Lula, o Brasil adota parcerias equivocadas, como com o Irã, que, segundo o senador, viola os direitos humanos.

O senador lembrou que Dilma Rousseff compactuou com a suspensão do Paraguai do Mercosul, tem posições dúbias em relação à Venezuela e é omissa quanto à anexação da Crimeia pela Rússia.

— Não faz sentido que o Brasil adote uma política externa de mínimo esforço, quando mais não seja pelas inúmeras possibilidades de desenvolvimento que boas relações internacionais oferecem — disse.



Para o senador, opções adotadas por Lula e Dilma são equivocadas